

Corpos que Transgridem, Palavras que Resistem: Um Debate sobre Gênero e Testemunho

Bodies that Transgress, Words that Resist: A Debate on Gender and Testimony

*Danielle Tega¹ 

Resumo

O objetivo deste artigo é assinalar a importância dos estudos de gênero aos debates sobre trauma e testemunho. Tendo como base a discussão sobre a necessidade de um outro que possa acolher as palavras em ruínas dos testemunhos, apontamos o corpo como local da memória para experiências traumáticas individuais e coletivas. Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa consistem tanto na revisão bibliográfica sobre trauma e testemunho como na análise de diferentes modalidades testemunhais de presas políticas nas ditaduras da Argentina e do Brasil. Nossos resultados apontam como o debate sobre gênero oferece novas possibilidades para se trabalhar com as ressignificações presentes nos testemunhos, especialmente ao problematizar convenções de feminilidades e masculinidades. Por fim, concluímos que os testemunhos são potencialmente desestabilizadores dos discursos hierarquizados e das práticas hegemônicas quando estudados a partir da união intrínseca entre corpo, memória e gênero.

Palavras-chave: gênero; memória; testemunho; trauma.

Abstract

The purpose of this article is to emphasize the importance of gender studies to the debates on trauma and testimony. Based on the discussion about the demand for an 'other' who may truly listen to the ruined words of the testimonies, we point out to the body as the place of memory for individual and collective traumatic experiences. The methodological procedures adopted in this research consist, in a first moment, of a bibliographic review on trauma and testimony. Next, we analyze testimonies of women who were detained during the military dictatorships in Argentina and Brazil. Our results suggest that the debate on gender offers new possibilities to work with reinterpretations present in the testimonies, especially when problematizing femininity and masculinity conventions. We conclude that the testimonies are potential destabilizers of hierarchical discourses and hegemonic practices when examined from the intrinsic connection between body, memory and gender.

Keywords: gender; memory; testimony; trauma.

¹ Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Departamento de Ciências Sociais (DCS/UEMS, Amambai, MS, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8607-7188>.

Primeiras Palavras

Não é difícil observar o quão inconcluso foi o trabalho de memória realizado no Brasil, onde a atual crise política negacionista e os resultados eleitorais de 2018 descortinaram os subterrâneos de uma memória coletiva que propaga a defesa da tortura, a criminalização dos movimentos sociais, a misoginia e o ódio contra as populações negras, indígenas e LGBTQIA+. A luta política sobre acontecimentos pretéritos é também uma luta ativa acerca do próprio sentido da memória de determinada sociedade. Como afirma a socióloga argentina Elizabeth Jelin (2002, p. 6, grifos da autora), “sempre haverá outras histórias, outras memórias e interpretações alternativas, na resistência, no mundo privado, nas **catacumbas**.”² O apagamento histórico sistemático de experiências diante do trauma da colonização de nossos territórios, marcada por genocídio, escravização e estupro sistemáticos, é exemplo do quanto ainda necessitamos avançar nos estudos sobre o tema.

Em um passado menos distante, as memórias sobre a ditadura militar instaurada pelo golpe de 1964, construídas em espaços públicos e privados por sujeitos que criam relatos e interpretações dos processos que vivenciaram, oferecem um terreno fértil de análises. Uma das formas de trabalhar com essas questões é a partir dos estudos do testemunho, cujas investigações impõem desafios metodológicos que levem em conta forma e conteúdo dessas intervenções, suas repercussões e apropriações.

Neste artigo, procuramos contribuir com as reflexões sobre testemunho ao revisitar caminhos já percorridos em trabalhos canônicos com o objetivo de assinalar que o avanço das pesquisas nessa área deve levar em consideração os estudos de gênero. Os estudos sobre trauma, consolidados sobretudo durante a década de 1990 e inspirados em campos como filosofia, psicanálise, sociologia, teoria literária, estudos da memória e história oral, tiveram forte impacto nas pesquisas pertinentes ao testemunho. Os trabalhos realizados pelas professoras de teoria literária Cathy Caruth e Shoshana Felman e pelo psicanalista Dori Laub são importantes marcos nessa discussão, com destaque para os livros *Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis, and History* (FELMAN; LAUB, 1992) e *Trauma: Exploration in Memory* (CARUTH, 1995). Poucos de seus textos foram traduzidos no Brasil, como os presentes na coletânea *Catástrofe e representação*, organizada por Arthur Nestrovski e Márcio Seligmann-Silva (2000), e o livro *O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX* (FELMAN, 2014), publicado originalmente em 2002.

Se, nesse primeiro momento e localizadas especialmente nas universidades estadunidenses, tais pesquisas tinham centralidade na catástrofe da *Shoah*, estudos seguintes vindos de diferentes países revisitaram essas teorias. Sem deixar de apontar suas contribuições, passaram a observar a potencialidade da noção de “trauma” para outras experiências de extrema violência,³ como as ditaduras militares latino-americanas. Nessa região, os testemunhos foram fundados a partir de relatos sobre as desigualdades e as denúncias da violência estatal, colocando em cena as relações de poder e as resistências sociais, especificamente produzidos nas décadas de 1960 e 1970. Havia certo espaço sendo ocupado pelo *testimonio* nos países hispano-americanos, ou pela “literatura do testemunho” no caso brasileiro, no contexto em que essas regiões eram atravessadas pelas

² As traduções ao português de textos originais em inglês e espanhol foram feitas pela autora deste artigo.

³ Trabalhos recentes também têm questionado o caráter eurocêntrico de estudos cujas análises oferecem recursos insuficientes para pensar o conceito de trauma em países marcados pelo processo de colonização. Podemos observar esse propósito no livro *The Future of Trauma Theory: Contemporary Literary and Cultural Criticism*, organizado por Gert Buelens, Sam Durrant e Robert Eaglestone (2014), que reúne uma série de textos para debater novas concepções sobre o tema, como também no belo e forte livro de Grada Kilomba (2019), *Memórias da plantação*, que relaciona colonialismo, memória e trauma para denunciar o racismo cotidiano.

ditaduras militares.⁴ Para focar o caso brasileiro, o chamado *boom* de livros testemunhais ocorre no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, período no qual são publicados *Em Câmera Lenta*, de Renato Tapajós (1977); *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (1979); *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis (1980).⁵

As pesquisas sobre essas produções foram diversificadas e contaram com estudos em diferentes campos do conhecimento. Diante desse quadro, nossos procedimentos metodológicos estão divididos em dois momentos. Primeiramente, fazemos uma breve revisão bibliográfica sobre trauma e testemunho e debatemos os conflitos entre narração e silêncio, destacando as tensões nas condições sociais de fala e escuta que o testemunho implica. Em seguida, pontuaremos como o debate sobre gênero oferece novas possibilidades para se trabalhar com esses problemas, tendo como foco diferentes modalidades testemunhais de presas políticas das ditaduras argentina e brasileira.

Nossos resultados mais relevantes apontam que, examinados a partir da união intrínseca entre corpo, memória e gênero, os testemunhos produzidos por mulheres cujas vidas foram atravessadas pela repressão revelam a prática sistemática da violência sexual como eixo de disciplinamento estatal. Além disso, importantes ressignificações podem ser observadas ao incorporar a perspectiva de gênero aos estudos testemunhais, como a reverberação de práticas heterocisnormativas e a problematização de convenções de feminilidades e masculinidades realizadas por essas narrativas.

A Falência das Palavras

Situações limites como a prisão, a tortura e a clandestinidade em ruínas são exemplos de experiências traumáticas que provocam uma quebra da relação (pretensamente) harmônica entre linguagem e memória. Como explica Cathy Caruth (2000, p. 111), essas experiências sugerem um paradoxo: “a visão mais direta de um evento violento pode ocorrer como uma inabilidade absoluta de conhecê-lo; a imediatez pode, paradoxalmente, tomar a forma de um atraso”. A pessoa traumatizada estaria possuída por uma imagem ou um evento caracterizado pela dificuldade de sua assimilação, por uma incompletude daquilo que se conhece. O impacto do acontecimento traumático residiria em sua extemporaneidade, em sua recusa a ser facilmente localizado, em sua insistência por aparecer fora dos contornos de um lugar e/ou um tempo exclusivos. O trauma torna-se uma experiência histórica não pelo fato de ser repetido após o seu esquecimento, mas porque, ao não haver sido assimilado no momento no qual ocorreu, ele é experienciado apenas em conexão com outro lugar, em outro tempo: “É o deslocamento fundamental implícito em toda experiência traumática, que é tanto testemunho do evento quanto da impossibilidade de acessá-lo diretamente” (CARUTH, 1995, p. 9).

Sendo, simultaneamente, um sofrimento repetido do sucedido e uma saída contínua deste, o trauma demanda uma escuta de novo tipo, ou seja, não é a escuta do evento em si, mas de seu testemunho, da sobrevivência ao acontecimento. Essa nova modalidade de escuta e, conseqüentemente, essa nova modalidade de fala não se apoiariam apenas naquilo que sabemos do “outro”, mas sim naquilo que ainda não

⁴ Na América Latina, os estudos do *testimonio* ou da “literatura de testemunho” também tiveram passos próprios sob influência dos prêmios literários concedidos pela *Casa de las Américas*, organização cubana fundada 1959, como apontam as pesquisas de João Camillo Penna (2003), Valéria de Marco (2004), Claudia Bacci e Alejandra Oberti (2015), César Alessandro Sagrillo Figueiredo (2020), entre outras.

⁵ Levantamentos de testemunhos brasileiros podem ser encontrados nos trabalhos de Marcelo Ridenti (2010) e Janaína Teles (2011). Um importante estudo sobre esses três testemunhos citados foi realizado por Mário Augusto Medeiros da Silva (2008).

conhecemos sobre os nossos próprios passados traumáticos; assim, a conexão entre as diferentes culturas seria permitida pelo trauma, que ofereceria uma dimensão essencial da experiência histórica.

Segundo essa leitura, o trauma está relacionado principalmente ao registro da força de uma experiência que ainda não está totalmente apreendida. Viver e reviver a realidade insistente do evento traumático, seja em sonhos, em imagens, ou *flashback*, é recuperar um passado que se torna consciente somente através da negação de sua própria recordação ativa, pois aquilo que retorna não é simplesmente uma experiência avassaladora obstruída por uma repressão tardia ou pela amnésia, mas uma ocorrência que foi parcialmente constituída pela sua falta de integração na consciência. Por não haver sido plenamente integrado no modo como ocorreu, o acontecimento traumático tampouco pode se tornar uma espécie de memória narrativa associada a uma história acabada do passado. O que o *flashback* e outras situações de retorno podem dizer, portanto, é uma história que não tem lugar – nem no passado, quando não pôde ser totalmente “experenciada”; nem no presente, já que suas imagens e enunciados não podem ser totalmente compreendidos, evocando a difícil verdade de uma história que é constituída pela própria incompreensibilidade de sua ocorrência. A experiência do trauma aponta a um “outro” e demanda deste uma escuta, uma prática de ouvir como forma de disseminar o isolamento imposto pelo evento traumático (CARUTH, 1995, p. 11).

Porém, ao ser transformado em uma memória narrativa, o que permitiria à história ser verbalizada e comunicada, esse conhecimento do passado perde, ao mesmo tempo, sua característica força enquanto recordação traumática. A impossibilidade de uma história compreensível não significa necessariamente a negação de uma verdade transmissível, mas sim que aquilo que se transmite (e a verdade do que se transmite) encontra-se em outro lugar. O ato de transmitir situa-se, dessa maneira, num limiar entre uma repetição traumática e o imperativo da sobrevivência.

Na mesma direção desses apontamentos, Shoshana Felman considera o testemunho de sobreviventes de experiências traumáticas como uma “lacuna” sobre a qual se constrói a narração, destacando-o enquanto capacidade decisiva de nossa relação com os eventos de nosso tempo, marcado pelas atrocidades das guerras mundiais, pelos regimes totalitários, pelas novas formas de organização da escravidão e pelo horror em larga escala, assinalando o século XX como um “século de traumas.” (FELMAN, 2000, 2014). Para a autora, o testemunho não oferece um discurso completo ou um relato totalizador dos acontecimentos, pois a linguagem estaria em processo e em julgamento, não possuindo a si mesma como um saber límpido. Observa, igualmente, uma radicalização no conceito de testemunho a partir dos estudos freudianos sobre a interpretação dos sonhos que, ao descobrir e destacar a importância do significado latente específico do inconsciente, enunciava uma espécie de testemunho não proposital e não intencional, capaz de oferecer um valor investigativo prodigioso ao reconhecer “que não é necessário **possuir** ou **ser** dono da verdade para **testemunhar** sobre ela de forma eficiente; que o discurso, enquanto tal, é testemunha sem o saber e que aquele que fala constantemente testemunha uma verdade que, apesar disso, continua a lhe **escapar**.” (FELMAN, 2000, p. 27, grifos da autora).

Logo, o testemunho não deve ser compreendido como um enunciado sobre a verdade, mas sim como uma modalidade de acesso àquela verdade; ele não ambiciona uma “verdade objetiva”, mas uma dupla transformação: de quem testemunha e de quem escuta e oferece um amparo às palavras que são ditas (ou escritas). Trata-se de uma verdade que, se não é “objetiva” como se propõe a da ciência histórica ou a dos tribunais de julgamentos, é ativa em seu sentido, por um lado, terapêutico, e, por outro, político.

Essas questões são também trabalhadas quando Felman (2014) analisa o julgamento de Adolf Eichmann, ocorrido em Jerusalém em 1961. Sem deixar de lado a importância desse episódio para o reconhecimento e a apuração dos crimes contra a humanidade, a autora prioriza observar as ambiguidades ali presentes: na esfera jurídica, o testemunho manifesta-se enquanto colapso da própria linguagem, pois só pode ser dado de forma protocolar e censurada devido à violência institucional inerente a essa esfera de poder. Dessa forma, aquilo que precisaria ser escutado em um julgamento é exatamente o que não pode ser articulado pela linguagem jurídica. Ao analisar o testemunho de K-Zetnik, sobrevivente do nazismo e autor de textos literários sobre Auschwitz, Felman afirma que ele se depara com a censura e com a impaciência da corte israelense: “O magistrado, autoritariamente, instruiu a testemunha a se restringir ao protocolo da corte e apenas responder às perguntas da acusação. O escritor, respondendo dramaticamente e de maneira inesperada, desmaia no local onde presta depoimento, diante dos presentes e do juiz.” (FELMAN, 2014, p. 29). Pela profunda falência das palavras, essa situação traria à tona a importância do corpo da testemunha – e de seu colapso – no tribunal.

O Corpo como Local da Memória

Como local de memória em que se manifestam traumas individuais e coletivos, é também pelo corpo que perpassam a narração e o silêncio. Tentemos, aqui, aprofundar um pouco mais essa questão. Para a filósofa Judith Butler (1993), os corpos indicam um mundo que está além deles mesmos: é um movimento que supera seus próprios limites, um movimento fronteiro em si mesmo. Segundo a autora, a categoria “sexo” é, desde o começo, normativa, componente de uma prática reguladora que produz os corpos que governa, cuja força se manifesta como uma espécie de poder produtivo, que demarca, circunscreve e diferencia os corpos que controla. Por esse motivo, conceber o corpo como algo “construído” não seria suficiente para argumentar que não existe nenhum “sexo” pré-discursivo que atue como ponto de referência estável sobre o qual, ou em relação com o qual, se realiza a construção cultural de gênero. Enquanto um ideal regulatório, o “sexo” impõe-se materialmente e pode ou não se estabelecer fundamentado em práticas fortemente regradas. Nesse processo, as normas reguladoras materializam o sexo através da reiteração forçada dessas mesmas regras, cuja insistência indica um processo que nunca é completo, pois os corpos não acatam inteiramente as normas que os materializam. O sexo não seria, simplesmente, algo que se tem, ou uma descrição estática do que se é, mas sim uma das normas pelas quais alguém se torna viável: é aquilo que qualifica um corpo para a vida dentro do domínio da inteligibilidade cultural.

As experiências dos corpos são, desse modo, fundamentais para as formações subjetivas. Um corpo, tratado como neutro e universal para garantir as desigualdades que nele e a partir dele se manifestam, é normatizado por relações de poder materiais e simbólicas específicas de cada contexto histórico que constituem e performam corpos e subjetividades. Trabalhar com o corpo e a corporalidade sem que a análise recaia em uma armadilha essencialista implica em recusar qualquer identidade fixa e invariável. Trata-se, portanto, de percorrer as subjetividades de quem relata suas experiências como algo multifacetado, atravessado por uma diversidade de tensões, e de reconhecer que características tidas como “femininas” e “masculinas” perpassam normatizações sobre os corpos e permeiam saberes e práticas. Ao observar como essas convenções se materializam em relações específicas de tortura política, a historiadora uruguaia Graciela Sapriza (2005, p. 42) questiona:

Houve uma tortura específica contra as mulheres? Na tortura, a assimetria de poderes entre homens e mulheres foi revelada ao extremo. Manifestou-se em estado bruto a relação entre poder, corpo, gênero feminino e ideologia. Ali se “jogou” o abuso sexual, a violação dos corpos, se praticou a sedução como um programa de subjugação e como a conquista de um troféu. A masculinidade dos torturadores afirmava-se em seu poder absoluto de produzir dor e sofrimento. A tortura fazia parte de uma “cerimônia de iniciação” nos quartéis e nas casas clandestinas onde as prisioneiras e os prisioneiros políticos foram levados ... O uso de apelidos, muitas vezes de animais, os rituais praticados: música estridente, ameaças por membros da equipe de repressores-torturadores são momentos de exaltação, quando o torturador se sentia como Deus, com poder para reduzir o outro a ser uma vítima passiva, a um corpo a ser penetrado.

Para Elizabeth Jelin, as informações existentes sobre a tortura indicam que o corpo feminino sempre foi um objeto especial para os torturadores, e as sevícias pelas quais as mulheres passavam incluíam sempre alta dose de violência sexual: “Os corpos das mulheres – suas vaginas, seus úteros, seus seios – ligados à identidade feminina como objeto sexual, como esposas e como mães, eram objetos claros de tortura sexual”. No caso dos homens, a questão de gênero está da mesma forma presente:

Para os homens, a tortura e a prisão implicavam um ato de **feminização** da vítima masculina, transformando-a em um ser passivo, impotente e dependente (incluindo, às vezes, violência sexual). Era uma maneira de transformar os homens em seres inferiores e, nesse ato, estabelecer a **virilidade** militar. Os homens tinham que **viver como mulheres**, tomando consciência de suas necessidades corporais (JELIN, 2001, p.130, grifos da autora).

Por essa perspectiva, a violência de gênero não ocorreu apenas quando um corpo de homem ou um corpo de mulher foi violado pelo ato de penetração sexual, mas nas diferentes formas nas quais esses corpos foram submetidos, degradados e abusados como marca de expressão de poder. Seja nos centros clandestinos de detenção e extermínio argentinos, seja nos diferentes aparatos repressivos brasileiros, a intenção era aniquilar as pessoas consideradas inimigas, e isso se deu através de um processo que rompia a harmonia do corpo habitável. Os estupros e outras formas de violações sexuais têm importância significativa porque são delitos que trazem grande impacto na subjetividade de quem atravessa esse tipo de experiência traumática. Longe de serem desvios individuais, esses crimes são expressões de uma estrutura simbólica profunda que organiza ações e fantasias, conferindo-lhes inteligibilidade. Como explica a antropóloga Rita Segato (2013), os estupros são atos que acontecem *in societate*, ou seja, em um ambiente no qual aquele que comete essa violência compartilha de um mesmo imaginário de gênero de sua coletividade; e adquirem esse significado devido à função da sexualidade no mundo que conhecemos, que conjuga em um único ato a dominação física e moral do outro. A autora recupera os pensamentos de Michel Foucault e de Giorgio Agamben para afirmar que a fase mais extrema da soberania é a de “fazer viver ou deixar morrer”, na qual o poder não é apenas físico, mas implica também uma subordinação psicológica do outro para que a dominação possa completar-se: “É por isso que se pode dizer que o estupro é o ato alegórico por excelência da definição schmittiana de soberania

– o controle legislativo sobre um território e sobre o corpo do outro como um anexo a esse território.” (SEGATO, 2013, p.43).

As denúncias dessas vivências corporizadas traumáticas abrem caminho para o reconhecimento dos efeitos da violência sexual. Quem narra suas experiências permite-se, muitas vezes, questionar as normas que disciplinam como cada mulher ou cada homem deveria agir socialmente. Se, de acordo com o que já pontuamos, o testemunho repousa em sua paradoxal necessidade e impossibilidade, trabalhar com os testemunhos de mulheres envolve questionar de que forma as instituições repressivas estão impressas nesses corpos e nessas narrativas – e quais as estratégias de resistência que podem ser alcançadas. Seus testemunhos permitem, dessa maneira, examinar como certos corpos são social e culturalmente entendidos, revelando e questionando o sistema dicotômico que os envolvem, sempre difícil de ser percebido, e que faz desse corpo “um objeto quase mágico (da mesma magia que o caráter fetichista da mercadoria) e desejável, o corpo jovem, esbelto e *sexy*”, ou, em outro extremo, “um objeto de repugnância, o corpo envelhecido, o corpo das menstruações e do parto, e, até mesmo, o corpo orgástico e o corpo materno”, como diz Jeanne Marie Gagnebin (1980, p. 110).

Essa dicotomia da repulsa- atração, presente na situação de tortura, é mobilizada nos testemunhos: ora vistos pelos torturadores como corpos a serem penetrados, ora como corpos a serem repelidos – mas, de todas as formas, humilhados e vilipendiados. O forte depoimento de Izabel Fávero, ex-militante da organização Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), expressa esse ponto. Seu testemunho sobre as sevícias sofridas no Batalhão do Exército em Foz do Iguaçu abre o capítulo sobre violência sexual no relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 400):

Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”, enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, no quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mau cheiro, eu estava suja, e eu acho que, eu acho não eu tenho quase certeza que eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim [...]. Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou, obviamente, um desequilíbrio ... E eles ficavam muito irritados de me ver suja e sangrando e cheirando mal, enfim. Eu acho que ficavam até com mais raiva, e me machucavam mais ainda.

No mesmo relatório, o testemunho da jornalista Rose Nogueira, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), indica como a violência do corpo se somava à violência ideológica: “Eles [os torturadores] diziam: ‘Onde já se viu! Acabou de parir e tem esse corpo! É porque é uma vaca terrorista’” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 404). Se a culpa e a vergonha são elementos que impedem ou adiam um testemunho, poderíamos acrescentar que a desordem emocional causada por essa repulsa- atração é outro fator a ser considerado na percepção do ocorrido, prejudicando o trabalho de elaboração da experiência traumática. Por um lado, pela profunda relação impelida entre essa dicotomia e os corpos considerados perigosos e transgressores. Por outro, porque o

estupro e outras formas de violências sexuais dirigidos às mulheres “escapam” dos espaços usados pelas instituições repressoras ditatoriais e dos tempos em que estas permaneceram no poder. Mesmo quando saem dos cárceres e dos centros clandestinos de detenção, as mulheres continuam sendo vítimas em potencial de uma violência que se repete cotidianamente contra seus corpos – nos espaços públicos e privados.

A Escuta das Palavras, a Escuta dos Silêncios

Considerados impertinentes para testemunhar em espaços tradicionais de poder, especialmente os jurídicos, os corpos encontram ainda mais dificuldades para transmitir suas memórias quando marcados como transgressores e buscam, muitas vezes, investir em modalidades estéticas de manifestação de memória como alternativa ao espaço jurídico. Ao serem mediados publicamente, são potencialmente criadores de fissuras nas narrativas hegemônicas e de tensões nas condições de fala e escuta de determinada sociedade.

Ao examinar uma coleção de fitas de vídeo com relatos autobiográficos de sobreviventes do Holocausto, Shoshana Felman ressalta que, apesar de todas as adversidades e experiências traumáticas, as pessoas sobreviventes puderam acreditar, apoiadas na presença e envolvimento de quem fazia a entrevista, na possibilidade de “contar a história e ser **ouvido**, de fato **endereçar** a importância de suas biografias – isto é, **endereçar** o sofrimento, a verdade e a necessidade desta narração impossível – a um ‘tu’ ouvinte, e a uma comunidade que escuta.” (FELMAN, 2000, p. 53, grifos da autora). Nesse encontro com o “outro”, quem testemunha tem a possibilidade de encontrar-se a si mesmo, como no caso em que “a própria narradora não sabe mais quem ela era, só sabe **através de seu testemunho**” (FELMAN, 2000, p. 64, grifos da autora). Esse saber, esse (auto)conhecimento, não é um elemento anterior nem um resquício posterior ao testemunho, mas sim algo que só pode acontecer por meio deste.

O testemunho pode ser visto, então, como uma prática de (re)subjetivação, contrariamente aos processos de anulação do sujeito aplicados nas torturas, nos campos de concentração, no aniquilamento de corpos e no desaparecimento forçado. Para o psicanalista Dori Laub (1992), por exemplo, o testemunho é o procedimento pelo qual a pessoa sobrevivente reclama sua posição como testemunha, reconstitui-se subjetivamente e abre a possibilidade de ação e mudança, fundamental para concluir o processo de sobrevivência. O professor de teoria literária Márcio Seligmann-Silva (2008, p. 65, grifos do autor) chega a conclusões semelhantes, afirmando que a necessidade de narrar, a necessidade do testemunho, caracteriza-se como condição de sobrevivência, como atividade elementar para a sobrevivida daqueles e daquelas que voltaram de uma situação radical de violência que teria, “dentre os motivos que a tornavam elementar e absolutamente necessária, este desafio de estabelecer uma ponte com **os outros**, de conseguir resgatar o sobrevivente do sítio da outridade”.

Como observa a pesquisadora argentina Leonor Arfuch (2013, p. 98), nos relatos testemunhais o corpo aparece “comprometido de modo prioritário, não apenas como objeto de sofrimento, mas também como um importante registro de autoafirmação”. Da mesma maneira, a historiadora brasileira Margareth Rago (2013, p. 58) aponta que os testemunhos de mulheres “são modos de subjetivar-se que possibilitam o redimensionamento dos acontecimentos passados, o encontro de um lugar presente, a criação de um espaço subjetivo próprio como um abrigo para instalar-se e organizar a própria vida, especialmente no caso das experiências traumáticas”. Assim, o

testemunho possui um aspecto reparador que coloca em um lugar de “agentes” aqueles e aquelas que foram interpeladas como vítimas em primeira instância, acionando um processo de afirmação de sujeitos e sujeitas com projetos e compromissos políticos, processo esse negado em suas múltiplas dimensões nos cárceres e centros de detenções clandestinos ditatoriais⁶.

Os testemunhos de experiências traumáticas intervêm nas práticas de subjetivação de quem busca dar significados ao ocorrido por meio, muitas vezes, da arte e da narração da experiência, que acionam mecanismos linguísticos e psíquicos por demanda de uma reconstrução subjetiva. Contudo, para que se complete, o testemunho não depende apenas de quem enuncia ou elabora de alguma forma sua dor, mas também do acolhimento das palavras e imagens construídas na transmissão.

Embora existam estratégias de sobrevivência que passam pela demanda da narração, há também aquelas que se sustentam pela necessidade do silêncio. Se, como dito acima, o trauma gera esse efeito que suspende e leva a experiência a outros tempo e espaço, sua simbolização pode permanecer fora do campo das significações por um tempo e espaço de também difícil ponderação. Os testemunhos de Primo Levi (1919-1987) e de Jorge Semprun (1923-2011), dois sobreviventes dos campos de concentração nazistas, podem ajudar a pensar essa questão. Começamos pela bela e forte passagem de *A escrita ou a vida* (SEMPRUN, 1995, p. 221), do escritor e político espanhol:

[...] eu havia tomado a decisão de abandonar o livro que estava tentando em vão escrever. Em vão não quer dizer que não conseguisse: isso quer dizer que só conseguia pagando um preço exorbitante. O preço de minha própria sobrevivência, de certa maneira, pois a escrita me conduzia permanentemente à aridez de uma experiência mortífera ... O fato é que, de certa forma, escrever era me recusar a viver. Por isso, em Ascona, sob o sol do inverno, decidi escolher o silêncio ruidoso da vida em vez da linguagem assassina da escrita. Fiz a escolha radical, era a única maneira de proceder (...). Tornei-me um outro, para poder permanecer eu mesmo.

Semprun desloca diferentes dicotomias, sem deixar de problematizar as implicações de suas escolhas. Como o título de seu livro sugere, a narração de sua experiência não lhe permitiria viver, no sentido de que apenas uma ou outra alternativa seria válida: ou a escrita, ou a vida. Embora sejam excludentes, essas opções não são dicotômicas – elas estão em suspenso, “em vão”, como diz o autor. Não são impossíveis, mas teriam como consequência, se juntas, a morte. A escolha pela vida tampouco resulta fácil: o silêncio que a acompanha é “ruidoso”. Tornar-se “um outro” não é deixar de ser si mesmo; ao contrário, é a única forma viável, naquele momento, para não se afastar de si, para não se perder – para, enfim, permanecer-se. Ainda falando sobre o processo de escrita, Semprun afirma que este o “mergulhava mais uma vez na morte, me submergia” (SEMPRUN, 1995, p. 243). As linhas escritas nem sempre são libertadoras e, em algumas situações, revivem a violência que origina o trauma numa direção oposta à elaboração da

⁶ Vale, aqui, retomar a reflexão de Enzo Traverso que, espelhado no pensamento de Walter Benjamin, defende um passado que não contenha apenas as memórias das “vítimas”, mas também os projetos políticos “vencidos”, não realizados porque a dominação se impôs. Em suas palavras: “A memória do *gulag* apagou a da revolução; a memória do Holocausto suplantou a do antifascismo; a memória da escravidão eclipsou a do anticolonialismo: a recordação das vítimas parece não poder coexistir com a lembrança de suas esperanças, de suas lutas passadas, de suas conquistas e derrotas” (TRAVERSO, 2018, p. 45). Para um debate sobre o tema da memória na obra do historiador italiano, consultar o texto de Deni Alfaro Rubbo e Danielle Tega (2021).

experiência. Silenciar-se, desse modo, não equivale a esquecer, mas tem uma série de significados que vão além da recusa, da suspensão ou do adiamento da narração: os silêncios estão não apenas dentro do próprio texto – falado, escrito, posto em imagens; em suma, narrado –, mas dentro do próprio discurso, inscrevendo-se na subjetividade de quem enuncia e nas relações estabelecidas com quem o recebe. Os testemunhos manifestam além daquilo que conseguem articular em palavras ou imagens, demandando a tarefa de interpretação desses silêncios⁷.

Quando nos aproximamos do testemunho do italiano Primo Levi (1988, p. 8), outras questões significativas surgem, como a explicação sobre os motivos que o levaram a escrever:

A necessidade de contar aos outros, de tornar os outros participantes alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior. Daí seu caráter fragmentário: seus capítulos foram escritos não em sucessão lógica, mas por ordem de urgência.

À imposição urgente e violenta de “libertação interior” soma-se a tarefa ética de transmissão, que se recusa a fazer parte de “novas denúncias” para, antes, fornecer “documentos para um sereno estudo de certos aspectos da alma humana.” (LEVI, 1988, p. 7). Mas a recepção de seu documento, de seu testemunho, é antecipada pelo próprio autor em um repetido sonho ainda no campo de concentração: Levi estaria em sua casa, entre familiares e amigos, para os quais contaria seus sofrimentos no campo (a fome, os piolhos, a violência dos soldados, a cama dura). Sua felicidade “interna, física, inefável”, não apenas por estar entre pessoas amigas, mas também por “ter tanta coisa para contar”, é despedaçada no sonho mesmo, ao se dar conta de que as pessoas não o escutam, estão indiferentes, falando entre si sobre outros assuntos, “como se eu não estivesse”, diz ele. Esse sonho não é apenas de Primo Levi, mas, como explica o autor, de muitos outros prisioneiros: “Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?” (LEVI, 1988, p. 20), questiona. É um sonho coletivo que revela um sofrimento e um medo também coletivos: a ausência de ouvintes, de testemunhas num sentido amplo, como diz a filósofa Jeanne Marie Gagnebin (2006), de quem não vai embora, de quem consegue ouvir a narração insuportável do outro.

O que está em pauta é a tarefa ética de acolhida dos testemunhos, dessas narrativas que estão em fragmentos, nas ruínas, que narram o que não pode ser narrado e, ao mesmo tempo, deve sê-lo. Tal empreitada abre caminhos para que o sujeito se constitua enquanto testemunha e possibilita a construção de uma nova subjetividade sobre aquela destruída pela situação limite da experiência traumática. A escuta ativa de testemunhos que passam por mediação pública permite o trabalho de transmissão da experiência que se encontra nas disputas em torno do passado e nos debates sobre a memória social, uma transmissão que implica numa dupla transformação – de quem narra, de quem acolhe a narração. Como bem pontua a socióloga brasileira Maria Lygia Quartim de Moraes (2013),

⁷ Há interessantes trabalhos sobre silêncio, violência e subjetividade a partir dos testemunhos. Em sua pesquisa sobre as atividades da Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru, a antropóloga Kimberly Theidon (2011) aponta que, muitas vezes, não está em pauta o caráter opressivo do silêncio, mas sim uma estratégia de sobrevivência de quem passou por uma situação traumática. Em outro contexto, a antropóloga Veena Das (2007) observa a reconstrução do cotidiano de sobreviventes raptadas e violadas na fronteira entre Índia e Paquistão através de uma “zona de silêncio” como forma de resistir à violência.

o que é possível recordar e narrar tem relações não apenas com os contextos históricos e sociais capazes de amparar as palavras transmitidas, mas também com as condições e as posições subjetivas de quem recorda. São duas circunstâncias que estão, ao mesmo tempo, em processo de reciprocidade e interdependência relativa. Entretanto, há que se levar em conta as tensões que permeiam o testemunho – e aqui, novamente, os estudos de gênero trazem uma contribuição fundamental.

Violências e Transgressões de Gênero

A articulação entre memória e gênero não é novidade nos estudos sobre as ditaduras da Argentina e do Brasil. Além das investigações pioneiras realizadas sob coordenação de Elizabeth Jelin (2002), uma série de pesquisas foram publicadas, como as das argentinas María Rosa Gómez (2011), Claudia Bacci (2012), Alejandra Oberti (2015), Victoria Álvarez Tornay (2019); e das brasileiras Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff e Ana Maria Veiga (2011), Margareth Rago (2013), Susel Oliveira da Rosa (2013), Maira Abreu (2016), Maria Claudia Badan Ribeiro (2018). Ainda no Brasil, reanimaram os debates sobre o tema trazendo novos elementos para análise, como a questão da família e da população LGBT, as pesquisas de Desirée Azevedo (2018), Liliana Sanjuro (2018) e Renan Quinalha (2021).

Esses estudos foram realizados em múltiplos campos das ciências humanas e sociais e levaram em conta modalidades diversas sob as quais as memórias se manifestam: de entrevistas a depoimentos em comissões de verdade; de história oral a materiais de arquivos; de livros com diferentes formas narrativas a filmes ficcionais e documentários.

Com base nesse amplo quadro de possibilidades, o trabalho com os testemunhos não pode abrir mão de uma metodologia que leve em conta suas mediações públicas enquanto produtos culturais que possuem forma e conteúdo – e que estão em determinados contextos históricos, políticos e sociais. Dois exemplos ajudam a pensar essa questão. Recuperemos, primeiramente, a relação entre testemunhos e julgamentos a partir do *Juicio a las Juntas* (1985), no qual foram julgados chefes de governo militar que cometeram ou idealizaram crimes ligados à perseguição, tortura e desaparecimentos durante a ditadura argentina. Naquela ocasião, a descrição das humilhações sexuais era insignificante como constituição de provas judiciais; o estupro e outras formas de violência sexual estavam incluídos no crime da tortura e não configuravam, aos olhos do tribunal, crimes vinculados às relações de gênero. O livro *Putas y guerrilleras*, das jornalistas Miriam Lewin e Olga Wornat (2014, p. 105)⁸, retoma crimes sexuais ocorridos nos centros clandestinos de detenção argentinos e traz o ilustrativo depoimento da sobrevivente Elena Isabel Alfaro ao presidente do tribunal:

Valerga Araújo: *Tanto os oficiais como o resto do pessoal do lugar, mantiveram um tratamento respeitoso em relação às mulheres?*

Alfaro: *Em relação às mulheres nenhum, absolutamente. Nós, como mulheres, estávamos em uma situação à mercê de qualquer força e qualquer homem que estivesse ali, com exceção, claro, dos presos ... Conheço o caso de Graciela Moreno, uma das detidas, que foi estuprada enquanto estava no chuveiro. De Elsa, de María del Pilar García, que também foi estuprada. Ser estuprada ali era muito comum.*

⁸ Vale dizer que as trajetórias das autoras fazem parte das experiências que recuperam: Olga Wornat militou no grupo guerrilheiro Montoneros e viveu na clandestinidade, já Miriam Lewin foi sequestrada durante a ditadura argentina e sua história é uma das relatadas no livro.

Elena Alfaro continua seu testemunho mencionando que, na hora do banho, as sequestradas eram colocadas em fila para serem desnudadas e humilhadas pelos guardas. Destaca, também, o caso de três presas desaparecidas levadas a viver com um repressor, sendo que uma delas fora obrigada a ter uma “vida em comum” com o sequestrador. Por fim, faz a seguinte acusação em relação ao verdugo: “Me enfiem na parte de trás de um carro, eu já grávida de quatro meses, então minha gravidez era perceptível, e me leva para seu quarto, onde fui estuprada”. Enquanto narra essa experiência, denunciando não apenas seu estupro, mas também as violações sexuais sofridas por outras sequestradas, o presidente do tribunal intervém com a seguinte pergunta: “Enquanto presa, conseguiu observar a presença de alguma pessoa estrangeira no lugar?” (LEWIN; WORNAT, 2014, p. 106).

A abrupta mudança de assunto por parte do juiz aponta a incapacidade de escuta dessa experiência na esfera jurídica, ao menos naquele momento: somente após 25 anos da primeira tentativa de denúncia, os relatos de Elena Alfaro tiveram seu lugar nos tribunais, quando deu novo depoimento sobre o *Juicio de la Causa Vesubio*.⁹ A inabilidade da linguagem jurídica em abrigar os testemunhos de sobreviventes de experiências traumáticas fica ainda mais evidente quando problematizamos a partir das relações de gênero. Os estudos testemunhais abrem-se, dessa maneira, a uma série de “memórias políticas”¹⁰ que ocupam outros espaços públicos em busca de mediação, como a produção e a circulação de livros autobiográficos, diários, poesias, coletâneas com depoimentos, entrevistas, romances, contos, filmes, peças de teatro e outras modalidades narrativas. Como testemunhos, essas obras provocam tensões nas condições sociais de fala e escuta existentes nos diferentes momentos em que procuraram fazer um trabalho de transmissão, ao mesmo tempo em que recuperam e realizam parte da experiência que havia sido silenciada social e historicamente. Com isso, também desafiam as “políticas de memória”¹¹ adotadas pelos Estados.

Um segundo exemplo nos ajuda a retomar o que havíamos proposto. Em *Que bom te ver viva*, filme dirigido por Lucia Murat (QUE BOM..., 1989), os recursos visuais e sonoros são utilizados pra expandir em primeiro plano rostos e vozes de presas políticas da ditadura militar brasileira, desdobrando-se sobre como sobreviveram e enfrentavam o sucedido após duas décadas.¹² Tanto na parte documental como na ficcional, os depoimentos nele presentes enfatizam a violência sexual: “éramos torturadas muitas vezes sem roupa, e o nosso corpo era um objeto de tortura”, diz uma das militantes; “fui despida e procuraram até dentro da minha xoxota mesmo se existia alguma arma. Coisa que eles sabiam que não teria mesmo; acho que era um negócio muito mais para me degradar”, comenta outra; “Mas diga-me: o que a sua mulher achou quando leu no jornal que você andou fazendo tortura sexual?”, questiona ao seu torturador a personagem interpretada pela atriz Irene Ravache.

⁹ Trata-se de um outro contexto social e político na Argentina, quando uma série de políticas que fazem parte da chamada “justiça de transição” já haviam sido colocadas em prática. Embora de grande importância, não cabe no recorte deste artigo historicizar essas políticas, tampouco oferecer um quadro comparativo entre diferentes países. Contudo, há referências importantes que podem auxiliar o debate sobre o tema, como as obras de Carolina Bauer (2014), Edson Teles (2015), Carlos Artur Gallo (2019), entre outras.

¹⁰ Como explica Nora Rabotnikof (2007, p. 13), as “memórias políticas” são “formas e as narrações através das quais os que foram contemporâneos de um período constroem a recordação desse passado político, narram suas experiências e articulam, de maneira polêmica, passado, presente e futuro”.

¹¹ Já as “políticas da memória” são “as formas de gerir ou de lidar com esse passado, através de procedimentos de a) justiça retroativa, b) instauração de comemorações, de datas e lugares, c) apropriações simbólicas de distinto tipo” (RABOTNIKOF, 2007, p. 14).

¹² Uma análise detalhada do filme está em nosso livro *Mulheres em foco* (TEGA, 2010).

Na Argentina, a especificidade do crime de estupro como modalidade política repressiva pôde ser nomeada em livros recentes, como o já citado *Putas y guerrilleras* (2014), ou em filmes como *Campo de batalla – cuerpo de mujer* (CAMPO..., 2012). No caso brasileiro, um capítulo específico de violência sexual foi publicado no relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014). Contudo, nos dois países, esses crimes já haviam sido testemunhados – seja na esfera jurídica, como a tentativa de Elena Alfaro no *Juício a las Juntas*, seja na produção artística, como o filme-testemunho de Lucia Murat.

Por um lado, o reconhecimento público de violências específicas cometidas contra as mulheres é uma condição fundamental para a transmissão de suas histórias e experiências. Ou seja, a existência de leis, comissões, políticas públicas, clínicas de testemunhos e acolhimentos, entre outras ações, abrem espaços para que essas violências possam ser verbalizadas e transmitidas. Por outro, a publicação desses mesmos testemunhos faz parte das lutas sociais em torno do passado e, desse modo, são obras que também interferem nos espaços políticos e jurídicos por reconhecimento. Não à toa, levantamento realizado até 2015 demonstra que pelo menos desde 1978 no Brasil e 1984 na Argentina, militantes e ex-presas políticas produziram uma série de testemunhos e o colocaram para circular publicamente em diferentes estágios das “políticas de memória” de seus respectivos países. Fazem parte desse inventário obras brasileiras como *A revolta das vísceras: uma visão feminina da luta armada no Brasil*, de Mariluce Moura (1982); *No corpo e na alma*, de Derlei Catarina de Luca (2002), *Mergulho no passado: a ditadura que vivi*, de Yara Falcon (2007); *1968 – o tempo das escolhas*, de Catarina Meloni (2009); e obras argentinas como *Pasos bajo el agua*, de Alicia Kozameh (1987); *Ese infierno*, de Munú Actis et al. (2001); *Memorias de una presa política: 1975-1979*, de La Lopre (2006); *La escuelita: relatos testimoniales*, de Alicia Partnoy (2006); entre outras.¹³

Ao buscarem, muitas vezes à revelia, *escuta* para completar o processo de transmissão, esses testemunhos dialogam com as “políticas da memória” de seus respectivos países da mesma forma em que criam tensão nas condições de fala e escuta de suas sociedades, estimulando, de certo modo, o surgimento de tais políticas. Os testemunhos não apenas representam e/ou fazem parte do processo social, como também o constituem. Nesse sentido, uma metodologia apropriada aos estudos testemunhais deve integrar seus elementos externos e internos, o que possibilita observar os paradoxos, tensões e fissuras dos processos sociais.

Assumir a relação dialética entre essas esferas – subjetiva e política – não significa fundir testemunha e testemunho, mas reconhecer que as manifestações da memória são constituídas pelo processo sociocultural no qual se inserem e, ao mesmo tempo, interferem nessa mesma realidade. Os testemunhos trazem, consigo, as marcas daquilo que é socialmente possível de ser escutado/lido e dito/escrito no momento em que entram em circulação.¹⁴ Novas mudanças de interpretações e perspectivas são colocadas em cena de acordo com processos políticos nas disputas em torno do passado. Entretanto, não são mudanças lineares, já que alguns testemunhos apresentam indícios, nem sempre desenvolvidos, de questões latentes que apenas são manifestadas em obras posteriores.

Diante disso, podemos dizer que há uma série de resignificações dos testemunhos à medida que as questões de gênero se abriram como novo eixo de discussão das experiências ditatoriais na disputa de sentidos sobre o passado. Um primeiro exemplo

¹³ O levantamento com mais de 30 obras brasileiras e cerca de 20 argentinas, além do estudo de parte desse material, pode ser encontrado no livro *Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina* (TEGA, 2019).

¹⁴ O livro *É isto um homem?*, por exemplo, chegou a ser recusado por uma editora e foi lançado por outra, mas sem muito êxito, em 1947. Apenas anos depois obteve um merecido reconhecimento. Para um trabalho em português sobre a obra de Primo Levi, incluindo informações sobre sua difusão (OLIVEIRA, 2013)

pode ser debatido com base no já citado filme de Lucia Murat: ainda que a palavra “estupro” não seja usada em nenhum momento, as falas das entrevistadas antecipam esta e outras violências que seriam posteriormente verbalizadas (e legitimadas) enquanto tais. Ademais, impactos causados pelos desdobramentos dos movimentos feministas argentinos e brasileiros oferecem diálogos frutíferos para pensar essas ressignificações. No decorrer das últimas cinco décadas, as feministas politizaram questões fundamentais relativas ao corpo, à saúde, ao desejo e à sexualidade, e estimularam o debate sobre violência de gênero, feminicídio, entre outros – temas não apenas incorporados aos testemunhos, mas também discutidos e possibilitados a partir deles. Pesquisas sobre testemunhos de presas políticas realizadas com base nos estudos de gênero também confirmam que os estupros e outras violências sexuais contra as mulheres não foram atos de crueldade isolados de um ou outro algoz, mas sim uma política de disciplinamento que se baseava na dessubjetivação da vítima em suas dimensões política, ideológica, de raça e de gênero (D’ANTONIO, 2010; TEGA, 2019). Tratava-se, assim, de um plano sistemático, tanto no Brasil como na Argentina, que possuía diferenças de acordo com as particularidades de cada país ou centro de tortura, mas com o objetivo comum de apropriação desses corpos militantes/subversivos baseada na dicotomia de atração e repulsa.

Se já ponderamos que a tortura contra um corpo é sempre uma tortura generificada, um segundo exemplo dessas ressignificações está presente no debate sobre o modo pelo qual os testemunhos de sobreviventes reverberam estruturas heterocisnormativas reforçadas em situações de tortura. As denúncias de violência sexual contra presos políticos, presentes no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014), já apareciam em testemunhos que dão conta do sentimento de perda de virilidade que incidem nesses corpos-memória, como o belo livro *Memórias do esquecimento*, de Flávio Tavares (1999). Ao relatar as torturas sofridas, o jornalista enfatiza o choque elétrico em seu pênis, “como se o amputassem sem bisturi e sem anestesia” (TAVARES, 1999, p. 17) – trauma que o acompanharia durante os anos de exílio, nos quais sonhava recorrentemente que seu pênis caía de seu corpo “como um parafuso solto.” (TAVARES, 1999, p. 15).

Por fim, pesquisas que levam em conta os estudos de gênero também indicam que certas convenções de feminilidade e masculinidade são ora reproduzidas, ora contestadas nos testemunhos. Ao trazer em cena a discussão de torturas que recaíram sobre corpos masculinos, a antropóloga brasileira Cynthia Sarti (2014, 2019) aponta como muitos testemunhos amparam-se na ideia segundo a qual “suportar a dor” insuportável da tortura caracteriza “heroísmo”, ao passo que “falar sob tortura” configura uma “traição”. Sobre o mesmo tema, o trabalho da pesquisadora Ana Longoni (2007) destaca que a própria sobrevivência aos campos de concentração argentinos já era suficiente para receber a qualificação de traidores ou traidoras: o heroísmo era um atributo reservado às pessoas mortas e desaparecidas. Já Miriam Lewin e Olga Wornat (2014) apontam que as mulheres sobreviventes sofreram esse estigma duplamente:

A hipótese geral era que, se estávamos vivas, éramos deladoras e, além disso, prostitutas. A única possibilidade que as sobreviventes poderiam ter conseguido para deixar um campo de concentração era através da entrega de dados na tortura e, mais ainda, através de uma transação que foi considerada ainda mais infame e envolveu nosso corpo. Havíamos dormido com os repressores [...]. Havíamos traído duplamente nosso mandato como mulheres: a da sociedade em geral e a da organização em que militávamos. Nós não fomos vistas como vítimas, mas como donas de um livre-arbítrio verdadeiramente improvável (LEWIN; WORNAT, 2014, p.30-31).

Os exemplos acima demonstram alguns níveis em que essas ressignificações atuam quando incorporamos a perspectiva de gênero aos estudos testemunhais, o que possibilita pontuar a violência sexual como eixo de disciplinamento nas ditaduras latinoamericanas; os modos em que práticas heterocisnormativas são reintroduzidas pelos testemunhos; e a problematização de convenções de feminilidades e masculinidades dessas narrativas em busca de escuta.

Considerações Finais

Ainda como deputado federal, em 2016, o atual presidente brasileiro Jair Bolsonaro finalizou seu voto no processo de impeachment com a seguinte frase “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Roussef”. Dois anos depois, já candidato, admitiria que seu livro de cabeceira era de autoria do mesmo torturador homenageado. Trata-se de um exemplo que revela a centralidade das relações entre memória e gênero nas lutas políticas atuais e expõe como a repressão ditatorial está inscrita nos corpos de quem a desafiou.

Não é difícil observar como as sociedades tendem a repetir aquilo que são incapazes de elaborar – e os resultados de nossa última eleição presidencial é um exemplo impossível de escapar. Diferente da sociedade argentina, o Brasil criou sua Comissão Nacional da Verdade passados mais de 25 anos do fim da ditadura militar, cujos legados destrutivos manifestam-se no momento atual de nosso país, fortemente marcado por um revisionismo negacionista e por retrocessos em direitos.

Nesse cenário, a reinserção pública de testemunhos é um importante instrumento de luta e atualização de “projetos vencidos”, interferindo nas disputas políticas de ontem e de hoje. Trabalhar com testemunhos significa ter em conta essa dimensão política que habita as preocupações com o passado: as necessidades atuais de verdade e justiça impõem um olhar comprometido com aquilo que não foi realizado porque a dominação se impôs. O desafio de lidar com um “passado que não passa” está igualmente presente nos contextos de violências contínuas, como as ocupações militarizadas nas favelas do Rio de Janeiro: não são poucas as denúncias de assassinatos e estupros cometidos por agentes estatais (FARIAS, 2021). Coloca-se, aqui, a questão da racialização desses corpos, também presente quando consideramos as constantes ameaças e mortes da população indígena em defesa de suas terras.

Interrogar os espaços conflituos em suas estreitas relações com as resistências articuladas na e pela narração permite, ainda, considerar esses testemunhos em suas potencialidades de desestabilizar a cultura hegemônica ao promover novos modelos de subjetividades. Por essa via, examinar os testemunhos de experiências traumáticas a partir da união intrínseca entre corpo, memória e gênero é um recurso indispensável para refletir sobre intervenções de diferentes vozes que criam tensão nas condições de fala e escuta da sociedade: populações negras, indígenas, quilombolas, camponesas, LGBTQIA+ e tantas outras, cujos corpos transgressores resistem cotidianamente às repressões estatais.

Vale, por fim, situar que as marcas da cultura que habitamos gravam-se no corpo que, historicamente, tem sido território de luta para os feminismos – o *slogan* “nosso corpo nos pertence”, em voga nos anos 1970, permanece atual, especialmente no Brasil, onde representantes eleitos proferem quais mulheres merecem ou não ser estupradas, feminicídio e transfobia são práticas cotidianamente relatadas em jornais e portais de notícias e o aborto continua sendo uma dívida da democracia.

Aliar os estudos de gênero aos debates sobre trauma e testemunho contribui para pensar perspectivas críticas, políticas e metodológicas desses conceitos como possíveis caminhos de novas agendas de pesquisa e atuação.

Referências

- ABREU, Maira. *Feminismo no exílio: o círculo de mulheres brasileiras em Paris e o grupo latino-americano de mulheres em Paris*. São Paulo: Alameda, 2016.
- ACTIS, Munú *et al.* *Ese infierno: conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA*. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.
- ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía: exploraciones en los límites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- AZEVEDO, Desirée de Lemos. *Ausências incorporadas: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.
- BACCI, Claudia (org.). “... y nadie quería saber”: relatos sobre violencia contra las mujeres en el Terrorismo de Estado en Argentina. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012.
- BACCI, Claudia; OBERTI, Alejandra. Sobre el testimonio: una introducción. *Clepsidra*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 5-13, 2014.
- BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2014.
- BUELENS, Gert; DURRANT, Sam; EAGLESTONE, Robert (org.). *The future of trauma theory: contemporary literary and cultural criticism*. London: Routledge, 2014.
- BUTLER, Judith. *Bodies that Matter: on the discursive limits of ‘sex’*. New York: Routledge, 1993.
- CAMPO de batalla: cuerpo de mujer. DIRECCIÓN, Fernando Alvarez. Producción Ejecutiva: Lizel Tornay, Victoria Álvarez. [Buenos Aires]: Instituto Nal. de Cine y Artes Audiovisuales Argentino (INCAA), 2012, 73 mm.
- CARUTH, Cathy. *Trauma: explorations in memory*. Baltimore, EUA: Johns Hopkins University Press, 1995.
- CARTUCH, Cathy. Modalidades do despertar traumático. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000. p.111-136.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. In: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Cap. 10.
- D’ANTONIO, Débora. *Transformaciones y experiencias carcelarias: prisión política y sistema penitenciario en la Argentina entre 1974 y 1983*. 2010. Tese (Doutorado em História) - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2010.
- DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Editora do Autor, 2002.
- FALCON, Yara. *Mergulho no passado: a ditadura que vivi*. Maceió: Livro Rápido, 2007.
- FARIAS, Juliana. Gender Violence, State Violations. *Academia Letters*, Article 1831, 2021
- FELMAN, Shoshana. Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000. p.13-71.
- FELMAN, Shoshana. *O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX*. São Paulo: Edipro, 2014.
- FELMAN, Shoshana; LAUB, Dori. *Testimony: crises of witnessing in literature, psychoanalysis and history*. New York: Routledge, 1992.
- FIGUEIREDO, Cesar Alessandro Sagrillo. Literatura do testemunho: a literatura na era das catástrofes. *Entreletras*, Araguaína, v.11, n.1, p.7-27, 2020.

- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Literatura no feminino: mulheres escritoras no Brasil. *Reflexão*, São Paulo, n. 18, p. 107-121, 1980.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer* São Paulo: Editora 34, 2006. p.49-57.
- GALLO, Carlos Artur. *No rastro das transições: perspectivas sobre memória, verdade e justiça no Cone Sul e no Sul da Europa*. Pelotas: Editora UFPel, 2019.
- GÓMEZ, Maria Rosa. *Memoria de mujeres: relatos de militantes, ex presas políticas, familiares de desaparecidos y exiliadas*. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2011.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Espanha: Editorial Siglo XXI, 2002.
- JELIN, Elizabeth. El género en las memorias de la represión política. *Revista Mora*, Buenos Aires, n.7, p.128-137, 2001.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KOZAMEH, Alicia. *Pasos bajo el agua*. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1987.
- LA LOPRE. *Memorias de una presa política: 1975-1979*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.
- LAUB, Dori. An Event Without a Witness: Truth, testimony and survival. In: FELMAN, Shoshana; LAUB, Dori. *Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis and History*. New York: Routledge, 1992.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LEWIN, Miriam; WORNAT, Olga. *Putas y guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 2014.
- LONGONI, Ana. *Traiciones: la figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2007.
- MARCO, Valéria. A literatura de testemunho e a violência de Estado. *Lua Nova*, local, n. 62, p. 45-68, 2004.
- MELONI, Catarina. *1968: o tempo das escolhas*. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. O que é possível lembrar? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 40, p. 141-167, jan./jun. 2013.
- MOURA, Mariluce. *A revolta das vísceras: uma visão feminina da luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982.
- NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- OBERTI, Alejandra. *Las revolucionarias: militancia, vida cotidiana y afectividad en los setenta*. Buenos Aires: Edhasa, 2015.
- OLIVEIRA, Lucas Amaral de. *Primo Levi e os rumores da memória: limites e desafios na construção do testemunho*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- PARTNOY, Alicia. *La escuelita: relatos testimoniales*. Buenos Aires: La Bohemia, 2006.
- PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina; VEIGA, Ana Maria (org.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.
- PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003. p. 299-354.
- QUE BOM te ver viva. Direção e Roteiro: Lucia Murat. [S. l.: s. n.], 1989. 1h40.
- QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- RABOTNIKOF, Nora. *Memoria y política: el juego del tiempo en las transiciones*. México: Fundación Friedrich Ebert; 2007.
- RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

- RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)*. São Paulo: Alameda, 2018.
- RIDENTI, Marcelo. Posfácio. In: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 285-302.
- ROSA, Susel Oliveira. *Mulheres, ditaduras e memórias*. São Paulo: Intermeios, 2013.
- RUBBO, Deni Alfaro; TEGA, Danielle. Cartografias da derrota: lembranças marxistas e melancolia política. *Revista História*, São Paulo, v.180, 2021.
- SANJURJO, Liliana. *Sangue, identidade e verdade: memórias sobre o passado ditatorial na Argentina*. São Paulo: Editora Ufscar, 2018.
- SAPRIZA, Graciela. Memórias del cuerpo. In: ANDÚJAR, Andrea et al. (org.). *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005.
- SARTI, Cynthia. Enunciações da tortura: memórias da ditadura brasileira. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 505-529, 2019.
- SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunho. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 77-105, jul./dez. 2014.
- SEGATO, Rita. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez: territorio, soberanía y crímenes de segundo estado*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.65-82, 2008.
- SEMPRUN, Jorge. *A escrita ou a vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política*. São Paulo: Annablume, 2008.
- SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.
- TAPAJÓS, Renato. *Em Câmara Lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.
- TEGA, Danielle. *Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2019.
- TEGA, Danielle. *Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina*. São Paulo: Cultura Acadêmica/Editora UNESP, 2010.
- TELES, Edson. *Democracia e estado de exceção: transição e memória política no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2015.
- TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- THEIDON, Kimberly. Género en transición: sentido común, mujeres y guerra. *Cadernos Pagu*, n.37, p. 43-78, 2011.
- TORNAY, Victoria Alvarez. *¿No te habrás caído? Terrorismo de Estado, violencia sexual, testimonios y justicia en Argentina*. Málaga: UMA editorial, 2019.
- TRAVERSO, Enzo. *Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*. Belo Horizonte: Editora Áyiné, 2018.

*Minicurrículo da Autora:

Danielle Tega. Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2015). Docente junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. E-mail: dani.tega@uol.com.br.